

Inserir o cabeçalho da Defesa Civil Municipal

PARECER TÉCNICO Nº [inserir o número do parecer], de XX de XXX de 2021.

ASSUNTO: Decretação de Situação de Emergência **por Estiagem** - COBRADE **1.4.1.1.0**

1. Considerações iniciais:

Considerando que compete ao Município a preservação do bem estar da população e das atividades socioeconômicas das áreas atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

Considerando a redução das precipitações pluviométricas e a queda das reservas hídricas de superfície no município;

Considerando os impactos ocasionados decorrentes das perdas na agropecuária do município;

Considerando ainda que os habitantes do município não têm condições satisfatórias de superar os danos e prejuízos provocados pelo evento adverso, haja vista a situação socioeconômica desfavorável da região, o que exige do Poder Executivo Municipal a adoção de medidas para restabelecer a normalidade das áreas afetadas;

Considerando, por fim, o que preceitua a Instrução Normativa nº 36, de 04 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 07 de dezembro de 2020, esclareço que: A decretação de Situação de Emergência se dá quando caracterizado o desastre e for necessária adoção de medidas imediatas ou excepcionais para mitigar os efeitos do desastre.

2. Da análise do evento adverso:

A estiagem enquanto desastre relaciona-se com a queda das reservas hídricas de superfície e de subsuperfície e com as consequências dessa queda sobre o fluxo dos rios e a produtividade agropecuária da região.

O município de [inserir o nome do município], localizado no [inserir a região a que pertence o município] do Estado sofre com o fenômeno da **estiagem principalmente em decorrência da irregularidade das chuvas. Além disso, conforme previsão da Agência Pernambucana de Águas e Clima de Pernambuco – APAC (Anexo I) está previsto para o próximo trimestre chuvas abaixo da média para a região. Essa situação apresenta como consequência a queda da produtividade agrícola, resultando em danos e prejuízos, conforme relatório expedido pela Secretaria de Agricultura (Anexo II). Destaca-se ainda, com base no registro fotográfico (Anexo III), que alguns mananciais existentes no município estão com os seus volumes abaixo do esperado.**

Por fim, a ausência de água potável para as comunidades afetadas pela estiagem e, consequentemente, a ingestão e utilização de água imprópria para o consumo humano pode se tornar um vetor na proliferação de doenças, conforme relatório da Secretaria de Saúde (Anexo IV).

3. Conclusão:

Com base na avaliação das informações apresentadas, conforme os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 36/2020 para a Decretação de Situação de Emergência e para a solicitação de Reconhecimento Federal, concluo que foram cumpridos os requisitos estabelecidos para decretação de Situação de Emergência por **Estiagem** por parte do Município.

Este é o meu parecer.

Inserir o nome do(a) Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil